

# Sobre o conceito e a necessidade lógica de sujeito transcendental no *Tractatus*

Bruno Senoski do Prado<sup>1</sup>

RESUMO

O conceito de sujeito no *Tractatus Logico-Philosophicus* tem um papel de destaque na semântica da obra. Compreender o conceito tractatiano de sujeito, bem como as duas instâncias que esse sujeito possui na linguagem e seu papel nela, faz-se necessário para a compreensão do pensamento do jovem Wittgenstein. Mais importantes ainda nesse processo de compreensão são as razões estritamente de caráter lógico que nos levam a considerar o sujeito metafísico um sujeito transcendental.

**Palavras-chave:** Wittgenstein, Sujeito empírico, Sujeito metafísico, Linguagem, Sentido.

---

1 Universidade Estadual de Londrina. Email: bruno\_senoski@yahoo.com.br.

Orientadora: Dra. Mirian Donat

# ABSTRACT

The subject's concept on *Tractatus Logico-Philosophicus* has a remarkable role on the work semantics. Understanding the tractatian concept of subject, as well as the two instances that this subject has in language and its role on that is found necessary for the comprehension of young Wittgenstein's thought. More important though in this comprehension process are the strictly logic reasons that takes us to considerate the metaphysical subject a transcendental subject.

**Keywords:** Wittgenstein, Empirical subject, Metaphysical subject, Language, Sense.

O presente artigo tem dois objetivos; o primeiro é analisar o tão discutido conceito de sujeito presente no *Tractatus Logico-Philosophicus* (TLP) de Wittgenstein, assim como seus aspectos e particularidades; o segundo consiste em responder à questão acerca de uma necessidade lógica de tal sujeito e se, por esse motivo podemos dar a ele o status de transcendental. Para tanto, em um primeiro momento, iremos trabalhar o conceito de sujeito presente no TLP e em seguida mostraremos os motivos que nos levam a afirmar que existe uma necessidade lógica para que Wittgenstein postulasse a existência de um sujeito transcendental.

Dentre os autores que influenciaram o pensamento de Wittgenstein, principalmente em sua juventude, está, sem dúvida, o filósofo alemão Arthur Schopenhauer. Prova disso está no fato de que noção de sujeito para Wittgenstein recebe uma clara influência da ideia do sujeito defendida por Schopenhauer em sua obra *O mundo como vontade e como representação*<sup>2</sup> (MVR). Trataremos agora, de maneira breve, a respeito da noção schopenhauriana de sujeito, sem, no entanto, nos aprofundarmos no assunto – não o faremos apenas por não ser nosso foco – nos deteremos, somente nos aspectos que influenciaram o primeiro período do pensamento wittgensteiniano. Para Arthur Schopenhauer, o sujeito conhece a tudo sem conhecer a si mesmo; da mesma forma, tudo que existe, existe para o sujeito. Percebemos que, segundo Schopenhauer, o sujeito é uma condição de possibilidade do mundo, na medida em que todo mundo é mundo de um sujeito; podemos dizer, segundo esse raciocínio, que sem sujeito não há mundo possível. Primeiramente, o mundo existe como representação do sujeito e, em um segundo momento, como vontade do sujeito que o representa. Vemos aqui a vontade do sujeito sendo colocada em destaque no que diz respeito a “relação mundo-sujeito”.

---

2 SCHOPENHAUER, A. *O mundo como vontade e representação*. Trad.: M.F. Sá Correia. São Paulo: Contraponto, 2001.

No entanto, o sujeito (*o Eu*) só existe porque há um mundo, no qual ele pode ver sua ação e perceber seu próprio limite. Segundo o próprio Schopenhauer “o sujeito acaba onde começa o objeto”<sup>3</sup>.

Seguindo agora a ideia tractatiana, não existe em Wittgenstein um conceito de *vontade*, enquanto essência metafísica do mundo, o que existe no lugar da vontade é, se assim podemos dizer, a mudança de visão que o sujeito tem do mundo. Isso significa conseguir, através da compreensão dos limites do que pode ser dito com sentido – feita através da análise lógica da linguagem que o *Tractatus* realiza – superar a tendência natural do ser humano de tentar dizer o indizível, o inefável. Vale lembrar que já no prefácio do TLP, Wittgenstein afirma que a maioria dos problemas filosóficos “repousam sobre o mau-entendimento da lógica de nossa linguagem”<sup>4</sup>. De acordo com o TLP, o sujeito metafísico não está no mundo, mas fora dele, não faz parte do mundo e, por esse motivo, não é um fato; portanto, não pode ser dito com sentido pela linguagem, visto que essa – no raciocínio tractatiano – pode apenas falar de fatos. O sujeito transcendental não se refere, dessa forma, ao corpo, pois este é um fato no mundo simplesmente e pode ser dito pela linguagem e a ciência pode descrevê-lo – posso, por exemplo, dizê-lo em relação ao seu tamanho, aspecto, etc. O sujeito transcendental, para Wittgenstein e, portanto, o que nos interessa nesse artigo, se estabelece como um limite do mundo e não como uma parte dele<sup>5</sup>; aqui fica clara a influência schopenhuariana no pensamento de Wittgenstein no TLP.

---

3 SCHOPENHAUER, A. *O mundo como vontade e representação*. São Paulo: Contraponto, 2001. p. 12.

4 Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: Edusp, 2010. p. 131

5 Cf. TLP 5.641

Para podermos falar acerca da problemática do sujeito no *Tractatus*, tomamos a distinção de Erik Stenius em seu *Wittgenstein's Tractatus. A critical exposition of its main lines thought*<sup>6</sup> entre sujeito empírico e sujeito metafísico, embora não concordemos com alguns elementos dessa distinção. Fazer essa distinção não é afirmar que existam dois ou mais sujeitos, mas sim reconhecer que existem duas instâncias da subjetividade do homem na linguagem. Vale lembrar, novamente, que no TLP Wittgenstein faz uma análise lógica da linguagem, buscando estabelecer os limites do seu sentido e, através disso, compreender de que maneira é possível a linguagem falar do mundo. “A totalidade das proposições é a linguagem”<sup>7</sup> e a proposição, de acordo com a argumentação tractatiana necessita ser bipolar – possibilidade de ser verdadeira ou falsa – para ter sentido. Tudo aquilo que dizemos, o fazemos por meio de proposições que, necessariamente, tem a possibilidade de serem verdadeiras ou falsas. A proposição no TLP deve ser entendida como uma sentença que é capaz de expressar um pensamento e, portanto, não como um simples conjunto de palavras desordenadas, “A proposição não é uma mistura de palavras – (Como o tema musical não é uma mistura de sons.) A proposição é articulada”<sup>8</sup>. Na proposição os seus elementos, não se ligam de uma forma aleatória, pois existe uma articulação entre eles. Wittgenstein, assim, afirma que a linguagem possui uma forma lógica. Podemos dizer, grosso modo, que o âmbito da linguagem com sentido encontra-se entre as tautologias e contradições. Por exemplo, as frase “chove e não chove”, que é uma contradição (cujo valor de verdade é sempre falso) e “chove ou não chove”, que é uma tautologia (cujo valor de verdade é sempre verdadeiro), nada dizem a respeito do

---

6 STENIUS, Erik. *Wittgenstein's Tractatus. A critical exposition of its main lines thought*. Oxford: Basil Blackwell, 1964.

7 TLP 4.001

8 TLP, 3.141

mundo, não são fatos e excluem a possibilidade de verdade ou falsidade, tendo em vista que uma sempre será falsa e a outra sempre será verdadeira, por isso não são, sob hipótese alguma, figurações do mundo. Para o autor do TLP quando emitimos um juízo acerca do mundo, estamos exprimindo uma situação que se encontra no espaço lógico, ou seja, que é possível ou real. E quando o fazemos, por exemplo, ao afirmar a proposição  $aRb$ , se a entendemos, não é necessário que apontemos para tal situação, nem que a justifiquemos para compreendê-la. Isso se deve ao fato de a proposição por si mesma mostrar uma determinada situação. Por sua vez, o mundo é “a totalidade dos fatos”<sup>9</sup>, que podem ou não ocorrer, mas que precisam ser, ao menos, possíveis, ou melhor, estar no espaço lógico de possibilidades, pois “o mundo são os fatos no espaço lógico”<sup>10</sup>.

Ambos, linguagem e mundo, possuem uma forma lógica semelhante e é essa forma lógica que permite a figuração do mundo através da linguagem. Quando dizemos, por exemplo, “A está conversando com B”, essa proposição pode ser verdadeira ou falsa; seu sentido, no entanto, será independente de seu valor de verdade, pois o que assegura o sentido da proposição é ela ser passível de verdade ou falsidade (ser bipolar). Essa proposição, caso tenha sentido, é uma figuração de um fato no mundo; e o que a situação deve atender nesse caso, para poder ser afigurada pela linguagem, é encontrar-se no espaço lógico, ou seja, ser possível. Portanto, a linguagem só pode falar com sentido daquilo que é um fato no mundo. Como dissemos, linguagem e mundo possuem uma forma lógica semelhante; no entanto, a forma lógica não pode ser figurada, pois é uma condição de possibilidade da figuração, mas se mostra na própria figuração. Da mesma maneira, como veremos adiante, o sujeito não pode ser figurado, mas mostra-se. Voltando

---

9 Cf. TLP 1.1

10 Cf. TLP 1.3

agora à distinção de Stenius, o sujeito empírico é um fato no mundo, diz respeito ao corpo, “ele está aí no mundo”, e, portanto, é dizível, descritível pela linguagem que exprime esses fatos. Esse é o sujeito que enuncia a linguagem, que deseja, sofre e acredita<sup>11</sup>, é o sujeito que age no mundo, sem, no entanto, alterá-lo. O agir desse sujeito pode ser, quase que totalmente, explicado através da “lei de causalidade” (causa e efeito), pois geralmente suas ações tem causas, assim como efeitos que poderão gerar – ou não – outras ações posteriores. Seguindo esse raciocínio, da mesma a ciência também busca explicações dos fenômenos da natureza, em termos de “causa e efeito”. No entanto, em um certo momento, essas explicações não tem mais continuidade; o fato não se reconhece ou então nos encontramos com isso que não é um fato, podemos dizer, “o que” do mundo. Estendendo essa noção até o sujeito empírico, há a afirmação de que “o mundo é independente da minha vontade”<sup>12</sup>; isso significa que nos encontramos perante um mundo que é contingente e, ao mesmo tempo, causal, ou seja, o sujeito não interfere no mundo; o mundo está tal como está sem que, no entanto, o sujeito interfira ou o modifique. O mundo está sujeito a leis causais, que estão refletidas nas ciências naturais; porém nelas o sujeito intervém não como causador, ou “fundador”, mas sim como um meio que as realiza. A ação do sujeito e ele próprio, assim, não modifica nem interfere nas leis das ciências naturais, ele apenas aparece como o meio pelo qual essas leis se realizam, ele apenas é capaz de perceber-las, sem, no entanto, ser sua causa ou mesmo interferir.

Paralelamente ao ponto de vista de negação da causalidade, está a negação da existência do sujeito que representa. Dessa forma, podemos afirmar que o sujeito empírico é uma espécie

---

11 Cf. MARTINEZ, Horacio Luján. Subjetividade e silêncio no Tractatus de Wittgenstein. Cascavel: Edunioeste, 2001.

12 TLP 6.373

de sujeito de enunciação, ou seja, através de sua linguagem, “a única linguagem que ele entende”<sup>13</sup> reflete os fatos do mundo – isomorfismo lógico –, sem, vale frisar novamente, exercer alguma influência sobre eles. A representação é dada através da projeção da forma geral da proposição, que não é psicológica, mas lógica, embora o pensamento seja, obviamente, formado por elementos psíquicos – mas isto não nos interessa na presente discussão. Para Wittgenstein, toda proposição consiste em uma função de verdade das proposições elementares e é isso que torna possível estabelecer uma forma geral da proposição. No TLP, o autor afirma:

Toda função de verdade é um resultado da aplicação sucessiva da operação  $(\neg)(\xi, \dots)$  a proposições elementares. Essa operação nega as proposições entre os parênteses da direita; isso se trata da negação dessas proposições”<sup>14</sup>.

Simplificando essa notação, temos  $N(\bar{\xi})$ , que “é a negação de todos os valores da variável proposicional  $\bar{\xi}$ ”<sup>15</sup>. Dizemos então, que a forma geral da função de verdade, isto é a forma geral da proposição é  $[\bar{p}, \bar{\xi}, N(\bar{\xi})]$ <sup>16</sup>, onde o sinal  $\bar{p}$  diz respeito a todas as proposições elementares e o sinal  $\bar{\xi}$  se refere a um grupo qualquer de proposições elementares.

Isso nada diz senão que toda proposição é um resultado da aplicação sucessiva da operação  $N(\bar{\xi})$  às proposições elementares<sup>17</sup>.

Dessa maneira, a forma geral da proposição, podemos dizer, determina os limites da linguagem na medida em que determina a regra de formação de qualquer proposição com sentido, o que já no

---

13 Cf. TLP 5.62

14 Cf. TLP 5.5

15 Cf. TLP 5.502

16 Cf. TLP 6

17 TLP 6.001



prefácio Wittgenstein diz ser um dos objetivos do TLP. Em nossa linguagem todo sinal proposicional obedece a esta regra de formação, e isto deve estar claro na análise da proposição. Assim, através da projeção da forma geral da proposição, o sujeito representa, figura o mundo por meio da linguagem. A ligação existente entre nome e objeto, ou seja, a projeção do que nomeia sobre aquilo que é no mundo nomeado, é chamado no TLP de “relação afigurante”. Nas palavras de Wittgenstein “a relação afiguradora consiste nas coordenações entre os elementos da figuração e as coisas”, ou seja, podemos pensar essa relação como o meio pelo qual um nome, ao ser associado a um objeto logicamente simples, adquire significado. A argumentação e análise lógica da linguagem feita no TLP nos leva a perceber que nessa “relação afiguradora” não é o objeto que designa o nome, mas o nome é que designa o objeto. A relação afigurado “parte” da linguagem para o mundo. Para ilustrar isso, Wittgenstein faz uso do exemplo de antenas dos elementos da figuração que toca o mundo<sup>18</sup>.

Voltando à questão da lei de causalidade como limite da razão, ela deve ser aceita pela ciência, contudo, sem fazer dela uma espécie de “lei natural”. Aceitar isso é aceitar o fato de que o mundo é causal e, ao mesmo tempo, contingente; é possível dizer, nesse raciocínio, *como* é o mundo e como acontece, mas não *o que* é. “Não há coerção em virtude da qual, porque algo aconteceu, algo mais deva acontecer. Só há necessidade lógica”<sup>19</sup> e não ontológica. Em um primeiro momento, a negação da causalidade parece incompatível com a consistência e legitimidade, tendo em vista que oferecem o paradigma para as proposições com sentido, dada por Wittgenstein às proposições da ciências naturais. Dessa forma, aquilo que o Wittgenstein critica quando diz que “os eventos do futuro, não *podemos* derivá-los dos presentes. A crença no nex

---

18 Cf. TLP 2.1515

19 Cf. TL.P 6.37

causal é a *superstição*<sup>20</sup>, se refere a crença de que o mundo acontece sempre em relações de causa e efeito. O fato de vermos relações desse tipo no mundo deve-se, na realidade, muito mais ao fato de que é assim que nós, através de nossa linguagem, representamos o mundo, do que a uma ordem da natureza. Dessa forma, podemos caracterizar o sujeito empírico por sua impotência e contingência no mundo, pois ele representa, através de sua linguagem, o mundo, mas não exerce nenhuma influência sobre ele. Assim, isso pressupõe uma aceitação dos limites da razão do pensável-dizível.

Conforme afirmamos acima, a figuração só é possível porque existe uma relação isomorficamente estabelecida entre mundo e linguagem. Contudo, podemos fazer aqui um questionamento: “Será essa relação isomórfica entre mundo e linguagem suficiente por si só para que seja possível a figuração do mundo?”. Esse é, talvez, um dos temas mais controversos do entre os estudiosos de Wittgenstein. A respeito desse tema, encontramos alguns estudiosos dentre os quais estão James Griffin<sup>21</sup>, Anthony Kenny<sup>22</sup> e Elizabeth Anscombe<sup>23</sup> que, embora possuam diferenças entre suas compreensões, defendem a ideia que a relação isomórfica entre linguagem e mundo – por si só – não é suficiente para que haja figuração. Não adentraremos aqui nas diferenças entre esses autores e nem e seus pormenores, pois não é nosso objetivo; nos deteremos apenas no que eles possuem em comum. Para os estudiosos citados, a figuração do mundo só se torna possível pelo pensamento, que atua como um terceiro elemento e, através do isomorfismo lógico entre linguagem e mundo, é responsável por conectar o nome

---

20 TLP 5.1361

21 Cf. GRIFFIN, James. *O atomismo lógico de Wittgenstein*. Trad. Mariana Ramos Themudo e Vítor Moura. Porto: Porto Editora, 1998, p. 153-168.

22 Cf. KENNY, Anthony. Wittgenstein's Early Philosophy of mind. In: BLOCK, I. (org.). *Perspectives on the philosophy of Wittgenstein*. Cambridge: M.T.I, 1981. p. 140-147.

23 ANSCOMBE, G. E. M. *An introduction to Wittgenstein's Tractatus: themes in the philosophy of Wittgenstein*. London: Hutchinson, 1971. p. 68

àquilo que ele nomeia. Diante disso, percebemos que esses três estudiosos, em suas abordagens, falam, mesmo que não tão explicitamente, da necessidade um sujeito para a figuração; resta-nos agora saber qual sujeito se faz necessário para a figuração. No entanto essa interpretação possui um problema: ao falar do pensamento, parece inserir um certo psicologismo ao TLP, quando na verdade, o jovem Wittgenstein, defende em sua obra um anti-psicologismo. A necessidade de um sujeito é afirmada no TLP já no seu início, após tratar da estrutura do mundo. Ao mesmo tempo em que Wittgenstein nega que o sujeito empírico possa alterar ou mesmo representar o mundo, afirma a existência de um sujeito como limite do mundo. Aqui é que entra o sujeito metafísico. O sujeito metafísico deve ser entendido como o sujeito enquanto limite do mundo, mas também da linguagem. Ele é transcendental, portanto, indizível. Da mesma forma que, conforme dissemos anteriormente, a forma lógica não pode ser dita com sentido, o sujeito metafísico – que se apresenta como condição de possibilidade – também não o pode.

De acordo com a teoria da figuração do TLP, através do isomorfismo lógico, a linguagem está vinculada ao mundo, consequentemente seus elementos também estão.

Um nome toma o lugar de uma coisa, um outro, o de uma outra coisa, e estão ligados entre si, e assim o todo representa – como um quadro vivo – o estado de coisas.<sup>24</sup>

A nomeação do objeto, no entanto, necessita de uma *ação*. Antes dessa ação só podemos garantir que um nome e outro pode se vincular a um objeto ou outro objeto de uma tal categoria (propriedade interna), a saber, “categoria ontológica isomorfa à categoria

---

24 TLP 4.0311

sintática que está inserido”<sup>25</sup>. Contudo, não está determinado a qual objeto especificamente dessa tal categoria aquele nome pode ser vinculado. A vinculação entre nome e objeto, entre linguagem e mundo, não está dada, não é acontece aleatoriamente, ela precisa ser “feita”. Os nomes da linguagem possuem em si todas as possibilidades combinatórias dos objetos que podem ser designados por eles justamente pelo fato da relação afiguradora possuir a mesma forma lógica estruturante do mundo e da linguagem. Apesar dessa forma lógica comum, o isomorfismo, entre nomes e objetos ser essencial para a nomeação, ela não é suficiente. Obviamente dois nomes que pertençam a mesma categoria sintática nomearam dois objetos que possuam a mesma forma lógica. Contudo, o fato de pertencerem à mesma categoria, estabelecida pela sintaxe lógica comum entre linguagem e mundo, não determina qual nome nomeará qual objeto. Dessa forma, podemos dizer que a sintaxe lógica da figuração no TLP não é capaz de, por si mesma, originar uma semântica para os nomes desse campo sintático. As regras sintáticas refletem apenas a necessidade de que na linguagem tenhamos somente um nome para cada objeto a ser nomeado. Entretanto, por sua natureza própria, nada é nome de coisa alguma. Em outras palavras, não há na natureza de um nome por si só nada que o garanta e/ou o torne nome de algo – do contrário teríamos uma visão naturalista da linguagem. O que faz parte, por assim dizer, da natureza de um nome é a possibilidade dele nomear um objeto e um objeto tem, por essencial a capacidade de se conectar com outros objetos e ser nomeado por algum nome.

Diante do exposto, percebemos que para que a nomeação seja possível existe, além do isomorfismo lógico, a ação de um sujeito que nomeia. É essa ação desse sujeito que, obvia-

---

25 CUTER, João Vergílio G. *Por que o Tractatus necessita de um sujeito transcendental?*. In.: DoisPontos, Curitiba, São Carlos, vol. 3, n. 1, p.171-192, abril, 2006. p. 177.

mente “obedecendo” o isomorfismo, vincula esse nome àquele objeto. Seguindo a ideia da teoria da figuração wittgesnteiniana, a relação afiguradora realiza só a projeção linguística, e é só por essa projeção que um fato se transforma em figuração. Sendo assim, para que haja figuração, a relação projetiva deve, necessariamente, ser estabelecida. Da mesma forma, o objeto que, por si só, não designa nada, se torna o significado de algum nome justamente pela ação dessa relação afigurante. Vemos que aqui se faz necessário que, além do isomorfismo lógico, exista também um ato que institua a relação afigurante entre um objeto e um nome.

Esse “ação projetiva” estabelece o sentido das proposições por meio das relações afiguradores e pertence à figuração, mas não ao fato que é figurado. Justamente por ser parte da figuração e não ao fato figurado, esse ato doador de sentido pertence às condições de possibilidade da significação. Assim, a projeção se institui como uma relação interna e, por isso, não pode ser dita com sentido pela linguagem, afinal, não está no mundo e, portanto, não é um fato. Ela, no entanto, se mostra no “exercício da linguagem”, pois é através dessa relação que um nome adquire significado ao ser associado a um objeto. A compreensão desse ponto é extremamente importante para que se possa entender a semântica do TLP.

Estendendo aqui essa compreensão, parece-nos claro o sentido da afirmação de que “figuramos os fatos”<sup>26</sup>, pois na construção da própria frase já está pressuposto um sujeito e a ação desse sujeito. No alemão (língua em que o TLP foi escrito), esse aforismo é escrito “*Wir machen uns Bilder der Tatsachen*”, traduzindo literalmente: “Nós fazemos figurações de fatos”. Isso nos mostra que a figuração é, além de possível pela forma lógica comum entre linguagem e mundo, produto de uma ação. Ela não ocorre unicamente através do isomorfismo lógico, ela precisa ser instituída. No

---

26 TLP 2.1

centro de sua teoria a respeito da linguagem, Wittgenstein necessita que algo realize essa projeção de nomes nos objetos. Assim, percebemos que, através da relação isomórfica com os objetos, é necessário que algo dê significado aos nomes. Essa algo que se faz necessário, é o sujeito da afiguração e, justamente por cumprir um papel na semântica tractatiana, é logicamente necessário. Por esse motivo, podemos perceber que esse sujeito referido não é o sujeito empírico, que é um fato e está no mundo dos fatos e, por isso, não pode ser transcendental no sentido de ser o que podemos chamar, apesar da redundância, “autor do ato de nomeação”.

Devido ao fato da relação afiguradora ser condição de possibilidade, ela não é um fato e, portanto, não está no mundo, não podendo, assim, ser dita pela linguagem. Porque não é um fato, essa relação não está no mundo e, portanto não pode ser “feita” pelo sujeito empírico, que está no mundo.

O sujeito que pensa, representa, não existe. Se eu escrevesse m livro *O mundo tal como o encontro*, nele teria que incluir também um relato sobre meu corpo, e dizer quais membros se submetem à minha vontade e quais não, etc. – este é bem um método para isolar o sujeito, ou melhor, para mostrar que, num sentido importante, não há sujeito algum: só dele *não* se poderia falar neste livro.<sup>27</sup>

Aqui percebemos que o tal livro que é escrito por algum “eu”, por algum sujeito, que faz parte desse mundo descrito no livro. No TLP, o mundo é concebido como a “totalidade dos fatos”; portanto, o que esse sujeito pode fazer é descrever fatos no mundo. É claro que é possível descrever o corpo que escreveu o livro, os atos mentais que ocorreram durante a escrita do livro também. No entanto, descrever o mundo e mesmo esse sujeito, seu corpo,

---

27 TLP 5.631

seus membros, etc. não significa descrever o sujeito da ação, o que nos interessa aqui. Nenhuma descrição é capaz de descrever esse sujeito, que é condição para a própria descrição. Por isso, é que “só dele não se poderia falar neste livro” e que “este é bem um método para isolar o sujeito”. Assim, o tal “sentido importante” de que fala o aforismo citado acima se refere ao papel desse sujeito, que é responsável por estabelecer, através de sua ação, relações afiguradoras que garantam a significação dos nomes na figuração do mundo. Esse sujeito, não é o sujeito empírico, pois não é um fato.

Diante disso, percebemos que quando Wittgenstein afirma que “o sujeito que pensa, representa, não existe”, está apenas falando que esse sujeito não é um fato no mundo. Portanto, dele não podemos *falar*. Esse sujeito pode e deve, no entanto, ser colocado como uma condição de possibilidade do que pode ser dito; dele no entanto, não podemos falar, ele apenas pode ser mostrado. Assim, podemos afirmar que Wittgenstein não está dizendo que a linguagem não tem sujeito, mas pelo contrário, esse sujeito não só existe como também é condição de possibilidade da figuração, da representação linguística de fatos no mundo. Justamente por isso, ele não pode *existir* como um fato.

Conforme expusemos, Wittgenstein nega a necessidade de um sujeito empírico para a significação. No entanto não nega a existência de um sujeito para isso. O sujeito que “faz” a figuração “não pertence ao mundo, mas é um limite do mundo”<sup>28</sup>. A pergunta a se fazer agora é: “Qual é, então esse sujeito?”.

O sujeito em questão, o sujeito que se coloca como condição de possibilidade da figuração, através da sua ação de significação, mas que não é um fato e, por isso, não está no mundo, é o sujeito metafísico. Essa ideia é reforçada no TLP quando Wittgenstein faz um questionamento: “onde *no* mundo se há de no-

---

28 TLP 5.632

tar um sujeito metafísico?”<sup>29</sup>. É de extrema importância levar em consideração o destaque dado pelo autor à proposição “*no*” nesse aforismo, pois com isso, está querendo dizer que não é possível encontrar o sujeito metafísico em lugar algum do mundo. Por não se encontrar no mundo, esse sujeito não pode ser dito com sentido pela linguagem. A questão a ser levantada agora é: onde se encontra esse sujeito? Para responder essa questão, Wittgenstein utiliza a metáfora do olho que vê o mundo, mas não vê a si mesmo.

[...] Você diz que tudo se passa aqui como no caso do olho e do campo visual. Mas o olho você realmente *não* vê. E nada *no campo visual* permite concluir que é visto a partir de um olho.

Nessa analogia, como fica evidente, Wittgenstein associa a figura do olho com sujeito metafísico e de seu campo visual com o mundo. O olho não faz parte de seu campo de visão, por isso não pode ser encontrado em nenhuma parte desse campo visual, assim como o sujeito metafísico não faz parte do mundo e, por isso, não pode ser encontrado no mundo. Outro aspecto importante a frisar aqui é a segunda frase do aforismo: “E nada *no campo visual* permite concluir que é visto a partir de um olho”, da mesma maneira nada no mundo nos permite inferir o sujeito metafísico. Assim, podemos dizer que da mesma forma que nada no campo visual permite concluir que ele é visto a partir do olho, nada no mundo permite concluir que ele é percebido a partir do sujeito.

Devido ao fato do sujeito metafísico tractatiano não fazer parte do mundo e de não haver nada (nada que seja um fato, pelo menos) fora do mundo, ele é entendido como um conceito-limite, ou melhor, como um “limite do mundo”. Essa ideia fica evidente quando compreendemos corretamente a analogia do

---

29 TLP 5.633



olho e do campo visual. A finalidade desse sujeito metafísico é reconhecer os limites da linguagem e do mundo.

“O sujeito que usa e entende a linguagem, é parte do mundo que pode se descrever na linguagem. Portanto, ‘os limites de minha linguagem significam os limites de meu mundo’ (TLP 5.6). Os limites do mundo do sujeito metafísico, ou melhor, os limites do espaço lógico de mundos possíveis do sujeito metafísico são determinados pelos limites de sua linguagem.”<sup>30</sup>

No entanto, a nosso ver, contrariamente ao que afirma Stenius, o sujeito metafísico não pode usar e nem entender a linguagem. Afirmamos isso devido ao fato do sujeito metafísico ser simples (um ponto sem extensão), portanto, impossibilitando o seu conhecimento de ser racional e, por consequência usar ou entender a linguagem. O conhecimento desse sujeito é intuitivo e não racional, ele diz respeito a contingência dos fatos no mundo e aos limites; é intuitivo, assim, porque pensar racionalmente os limites seria poder pensar do outro lado, portanto, pensar o impensável. Só a partir desse conhecimento/percepção é que o sujeito empírico pode falar o que pode ser dito e calar o inefável. No sentido do sujeito metafísico, assim como o mundo, ser impossível de ser ilógico, o mundo que é “meu mundo” é impossível de ser ilógico. O sujeito metafísico não age, nem determina que o mundo seja como é; portanto, igualar o mundo com a linguagem e, para além disso, igualar a existência do mundo com a própria existência da linguagem, identifica seus limites com a própria existência do sujeito metafísico. “Que o mundo seja *meu* mundo, é o que se mostra nisso: os limites *da* linguagem (a linguagem que, só ela eu entendo) significam os limites do meu mundo”<sup>31</sup>.

---

30 STENIUS, Erik. *Wittgenstein's Tractatus. A critical exposition of its main lines thought*. Oxford: Basil Blackwell, 1964, p.220-21. (tradução nossa)

31 TLP 5.62.

Para que o mundo seja “meu mundo” e as proposições sejam minhas proposições e verdadeiras, enquanto sejam capazes de figurar o mundo, é necessária a vontade como intuição do mundo<sup>32</sup>, ou melhor a ação do sujeito. Podemos assim, dizer que, por uma coerência interna do *Tractatus*, existe uma necessidade lógica para a existência de um sujeito que se coloca como transcendental para a linguagem. Embora nunca apareça a expressão “sujeito transcendental” no TLP, o percebemos assim, pois é posto como uma condição de possibilidade. Esse sujeito “não pode ser descrito, nem nomeado, mas é responsável por essa atividade que, associando nomes e objetos, permite a projeção do pensamento a respeito do mundo<sup>33</sup>”, ele é possuidor da vontade que nomeia e através de sua ação conecta a linguagem e mundo, construindo proposições. Tendo em mente a noção de linguagem do TLP, o sujeito, assim entendido, se torna indispensável para que a ela possa articular proposições com sentido e pensamentos; a partir disso, percebemos que é ele quem projeta a proposição sobre um fato. Além da forma lógica comum entre mundo e linguagem, é necessário que exista um sujeito que possa projetar as proposições sobre o mundo. No entanto, por ser transcendental, por não pertencer ao mundo dos fatos, mas ser um limite do mundo<sup>34</sup> ele não pode ser dito com sentido pela linguagem – figurado – da mesma maneira que a forma lógica comum entre mundo e linguagem não pode ser figurada, mas deve mostrar-se.

Conforme dito anteriormente, o isomorfismo lógico em si mesmo não é suficiente para que a nomeação, ou melhor, o ato de nomeação, seja feito, pois ele é incapaz de ligar os nomes aos respectivos objetos que tem a possibilidade de nomear. Por isso,

32 Cf. Cf. MARTINEZ, Horacio Luján. *Subjetividade e silêncio no Tractatus de Wittgenstein*. Cascavel: Edunioeste, 2001. p. 150.

33 CUTER, João Vergílio G. *A ética do Tractatus*. In.: *Analytica*. Vol 7, No 2. São Paulo, 2003. pp. 43-58. p. 49.

34 Cf. TLP 5.632

faz-se necessário que a relação afiguradora seja instituída, o que é feito pela ação do sujeito metafísico. O sujeito metafísico é quem, através de seu ato nomeador liga os nomes aos seus respectivos objetos, realizando, dessa forma, relações afiguradoras. Dessa forma, percebemos que, na argumentação tractatiana, o sentido das proposições pressupõe um agente que, pela sua constituição, seja capaz de construir os sentidos da linguagem, seja capaz de estabelecer a verdade ou falsidade das proposições ao confrontá-las com os fatos. Só através da ação desse sujeito, que assim, se coloca como limite, é que se torna possível um nome, através da projeção linguística do mundo, adquira significado ao ser conectado com um objeto.

Sem a existência de um sujeito como limite do mundo, a figuração se torna impossível, pois uma das “tarefas” desse sujeito diz respeito à nomeação. “A relação entre nome e objeto, instituída por esse sujeito, é interna e, nesta medida, é logicamente necessária”<sup>35</sup>. Embora, em momento algum do TLP, Wittgenstein fale claramente da necessidade lógica de um sujeito transcendental, somos levados, através da argumentação da lógica da obra como um todo, a afirmar que tal sujeito se faz necessário – a linguagem para poder figurar precisa de alguém que a opere, por assim dizer, “faça a figuração”.

A consideração do sujeito metafísico como transcendental está explícita no fato de ele ser um pressuposto para o “estabelecer o sentido linguístico”. Assim, a ação de perceber e determinar qual nome nomeará qual objeto é algo inerente a ele – vale ressaltar novamente que é o nome que nomeia o objeto, por isso a figuração vai da linguagem para o mundo, e não o contrário. O sujeito metafísico na teoria tractatiana da linguagem é essencial para a constituição do sentido, por isso, se encontra no campo dos pressupostos estritamente

---

35 CUTER, João Vergílio G. *Por que o Tractatus necessita de um sujeito transcendental?*. In.: DoisPontos, Curitiba, São Carlos, vol. 3, n. 1, p.171-192, abril, 2006.pp.178.

te lógicos para que a figuração seja possível, para que um fato possa se tornar uma figura linguística e, conseqüentemente, com sentido. Vemos, assim, que o sujeito metafísico encontra-se no âmbito das condições de possibilidade para que a linguagem possa figurar o mundo. E é exatamente por esse motivo, que ele não pode ser dito pela linguagem e, por conseqüência, figurado. O sujeito metafísico, assim como a forma lógica comum entre mundo e linguagem, a relação afiguradora e a projeção, não podem ser ditos, apenas se mostram. Compreender e reconhecer isso, é compreender também o papel do sujeito metafísico na argumentação e teoria tractatiana da linguagem. Por isso, não se pode negar que o TLP defende a existência de um sujeito metafísico – e isso é textual –, conforme expusemos anteriormente através da argumentação proposta por Stenius.

Assim, há realmente um sentido em que se pode, em filosofia falar não psicologicamente do eu. O eu entra na filosofia pela via de que “o mundo é meu mundo”. O eu filosófico não é o homem, não é o corpo humano, ou a alma humana, de que trata a psicologia, mas o sujeito metafísico, o limite – não uma parte – do mundo.<sup>36</sup>

O conceito de mundo que nos referimos é, obviamente, o conceito tractatiano, ou seja “a totalidade dos fatos no espaço lógico”<sup>37</sup>. O conceito de “espaço lógico” se refere ao conjunto de possibilidades, portanto, que poder ocorrer ou não. Ao afirmar “que o sujeito que pensa, representa, não existe”<sup>38</sup>, Wittgenstein está querendo dizer que esse sujeito não está no mundo dos fatos e, por isso não pode ser dito com sentido. Parece-nos, portanto, que dessa forma, Wittgenstein não está dizendo apenas que esse sujeito existe – vale lembrar a distinção entre aquilo que pode ser dito e o que

---

36 TLP 5.641

37 Cf. TLP 1.1 e 1.13

38 TLP 5.631

pode apenas ser mostrado – como também afirmando que esse mesmo sujeito é transcendental no que diz respeito à representação e ao sentido, por ser, assim, condição de possibilidade da representação.

Vale também lembrar aqui, novamente, o objetivo do TLP dito pelo próprio Wittgenstein já no prefácio de sua obra, a saber, delimitar a linguagem com sentido. Se a linguagem com sentido diz respeito ao que é possível de verdade ou falsidade, “os limites de minha linguagem são os limites de meu mundo”<sup>39</sup> diz respeito ao mundo do sujeito, ou seja, um mundo que é composto por fatos. Portanto, só é possível que uma proposição – cuja totalidade é a linguagem – seja verdadeira ou falsa na medida em que exista um sujeito que a reconheça como tal ao, através de sua ação, projetá-la no mundo.

---

39 TLP 5.6

## Bibliografia

ANSCOMBE, G. E. M. *An introduction to Wittgenstein's Tractatus: themes in the philosophy of Wittgenstein*. London: Hutchinson, 1971.

ANSCOMBE, Elizabeth. *Introducción al Tractatus*. Trad.: Marcelo Perez Rivas. Buenos Aires: El Ateneo, 1977.

CUTER, João Vergílio G. *A ética do Tractatus*. In.: *Analytica*. Vol 7, No 2. São Paulo, 2003. pp. 43-58.

\_\_\_\_\_. *Por que o Tractatus necessita de um sujeito transcendental?* In.: DoisPontos, Curitiba, São Carlos, vol. 3, n. 1, p.171-192, abril, 2006.

GRIFFIN, James. *O atomismo lógico de Wittgenstein*. Trad. Mariana Ramos Themudo e Vítor Moura. Porto: Porto Editora, 1998.

KENNY, Anthony. *Wittgenstein's Early Philosophy of mind*. In: BLOCK, I. (org.). *Perspectives on the philosophy of Wittgenstein*. Cambridge: M.T.I, 1981.

MARTINEZ, Horacio Luján. *Subjetividade e silêncio no Tractatus de Wittgenstein*. Cascavel: Edunioeste, 2001.

SCHOPENHAUER, A. *O mundo como vontade e representação*. Trad.: M.F Sá Correia. São Paulo: Contraponto, 2001.

STENIUS, Erik. *Wittgenstein's Tractatus. A critical exposition of its main lines thought*. Oxford: Basil Blackwell, 1964.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Diário Filosófico (1914-1916)*. Barcelona: Ariel, 1982.

\_\_\_\_\_. *Tractatus-Logico-Philosophicus*. São Paulo: Edusp, 2010.